

MST NA REGIONAL ITAPECURU: Uma história da luta pela terra no Maranhão

Isaac Giribet Bernat¹

Resumo

A Regional Itapecuru do MST maranhense manifesta a particularidade de ser a única Regional do estado onde as famílias camponesas já tinham um contato prévio e prolongado na maioria das áreas que hoje a conformam. Se tratava de famílias em conflito com os ditos proprietários da terra pela negativa dos primeiros a pagar o foro, situação de conflito que em alguns casos os levou a ser expulsos dos latifúndios. Apresentamos um histórico da Regional Itapecuru do MST a partir das ações propositivas que este movimento social vem implementando desde o ano de 1998, a partir do resgate da sua formação e dos conflitos travados com a grande propriedade até hoje, analisando a conjuntura econômica, política e social dos acampamentos e assentamento que a conformam.

Palavras-chave: MST, Reforma Agrária, Regional Vale do Itapecuru

Introdução

No presente trabalho abordamos o processo histórico de formação da estrutura orgânica que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST adota nos acampamentos e assentamentos sob sua influência nas Microrregiões maranhenses de Itapecuru Mirim, Chapadinha e Coelho Neto, a conhecida como Regional Itapecuru.

Através das ações propositivas do Movimento Sem Terra, iniciadas no território de influência da Regional em 1988, percorreremos as conflitualidades passadas e presentes buscando criar uma noção de continuidade histórica na luta pela implementação plena de uma política pública redistributiva da propriedade rural, a Reforma Agrária, que além da distribuição de terras deveria cumprir a função de outorgar o resto de direitos sociais sistematicamente negados aos povos do campo.

O texto pretende fazer comparecer na cena analítica esta forma orgânica do MST mostrando-a com dinâmica própria e conteúdos diferenciados, sem deixar de lado que a Regional Itapecuru não tem razão de ser nem possibilidade de análise fora dos processos de luta pela emancipação e contra o avanço das relações capitalistas no campo que o MST veicula através da reivindicação de um amplo programa de Reforma Agrária, a Reforma Agrária Popular (STEDILE, 2005). Nesse contexto, esta Regional não é mais que uma das múltiplas expressões de uma dinâmica iniciada no final dos anos setenta e que teve sua materialização nacional na metade da década dos oitenta com a fundação formal do MST (MORISSAWA, 2001).

¹ Universidade Estadual do Maranhão, neri54@yahoo.es

Atualmente o campo de atuação do Movimento Sem Terra está marcado por uma desfavorável correlação de forças em relação ao Governo Federal que dificulta, enormemente, fazer avançar o projeto de Reforma Agrária que estes defendem, seja mediante a criação de novos assentamentos ou através da veiculação de políticas públicas que permitam a consolidação dos existentes.

Em síntese, por intermédio do histórico da Regional Itaipuru pretendemos fazer transparecer as características do MST num determinado território em disputa, tanto para qualificar as conflitualidades passadas e presentes, como para dimensionar a situação atual dos acampamentos e assentamentos nas interfaces dos processos de emancipação protagonizados pelas famílias Sem Terra

MST no Maranhão

As primeiras articulações para fundar o Movimento sem Terra no Maranhão surgem logo depois da criação formal deste movimento social em janeiro de 1984. No primeiro evento importante do MST, o 1º Congresso Nacional do MST realizado em Curitiba no ano de 1985, o Maranhão estará representado por uma delegação com a presença de diversos membros do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU.

Os intensos conflitos agrários envolvendo grileiros, posseiros, grandes proprietários de terra com culminância de inúmeros assassinatos no estado, sobretudo na região oeste do estado desde 1960, pela ação criminosa de pistoleiros e da polícia foram determinantes para a retomada da luta pela terra e pela aplicação da Reforma Agrária pelo MST. Além disso, havia os projetos de extração de madeira e agropecuário financiados pela SUDAM que agiam da mesma forma, expulsando os posseiros que eram obrigados a migrarem para a periferia de Imperatriz ou cidades vizinhas (MORISSAWA, 2001, p.189).

É importante destacar que no primeiro momento, a retomada da luta foi efetivada por meio da formação das oposições sindicais, em contraposição ao “peleguismo” dos sindicatos da época, nas regiões de Imperatriz, Amarante, João Lisboa, Santa Luzia, Estreito, São Raimundo das Mangabeiras, Loreto além de outros (MIRANDA, 2013). Tanto as oposições sindicais quanto a CENTRU desenvolveram um trabalho importante em relação a mobilizações e debates junto aos trabalhadores sobre a questão agrária no estado.

O CENTRU era uma organização de caráter sindical com uma influência muito destacada entre as famílias de trabalhadores rurais da região do Pindaré, no oeste e sudoeste do estado². A origem desta organização está vinculada aos retirantes nordestinos, especialmente cearenses e piauienses, que a partir da segunda metade do século XIX se instalaram progressivamente na Microrregião do Médio Mearim fugindo das secas que assolavam o sertão, a procura de terras livres e férteis como as que oferecia aquele território.

Essas famílias, oriundas de processos migratórios a procura das terras, estabelecidas como posseiras nas terras devolutas do Médio Mearim, a meados da década de 1950 passam a sofrer novas expulsões violentas como consequência do processo de grilagem, por parte de latifundiários que passam a fraudar títulos de terra com a ajuda inestimável dos cartórios locais para construir grandes propriedades dedicadas a produção de arroz (ASSELIN, 1982).

Como consequência da pressão exercida sobre as famílias posseiras, estas, de forma gradativa, se deslocaram para a uma nova fronteira agrícola, neste caso situada na limítrofe região do Pindaré. Uma vez instaladas, poucas décadas depois, tornam sofrer ameaças por parte de grileiros que passam a atuar na região (ASSELIN, 1982). Parte importante destas famílias migra novamente, desta vez para as regiões mais ao oeste e sudoeste ainda não cobiçadas pelos grileiros, até a conhecida como região do Bico do Papagaio localizada no norte estado de Tocantins³, enquanto outras decidiram resistir no local. Essas famílias resistentes construíram, com o passar dos anos, uma sólida organização de caráter sindical que se materializava nas reivindicações de terra para trabalhar e liberdade de associação para evitar o sindicalismo oficial acusado de “pelego”. Será nesse contexto conflituoso de diversas sequências de migrações forçadas e violência contra os trabalhadores rurais que se forjará o CENTRU e um dos principais dirigentes camponeses do Brasil, Manoel da Conceição.

Esta organização terá um papel de destaque nas primeiras ações do MST maranhense como no caso da primeira ocupação, em 1986, no município de Buriticupu, a Fazenda Capoeira, (ARAUJO, 2013, p.130-131). Durante alguns anos as ações do CENTRU e do MST serão conjuntas, este cenário mudará a partir de 1989 quando estas organizações passam a percorrer caminhos distintos.

² Esta região vai além dos limites geográficos da Microrregião do Pindaré contemplando também a Microrregião de Imperatriz.

³ Posteriormente, entre a segunda metade da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970, esta região se tornaria conhecida a nível nacional por ser a região de influência da conhecida como Guerrilha do Araguaia, última expressão de destaque da oposição armada a Ditadura Militar.

Mesmo com objetivos parecidos, as práticas de uns e outros, seja como sindicato seja como movimento social, diferiam bastante especialmente no que se refere a uso da ocupação de terra como forma de reivindicar a aplicação da Reforma Agrária. Segundo Aurora Miranda existia a percepção que o MST devia ter sua própria organização como movimento social autônomo, sem estar atrelado a uma organização de caráter sindical como era o caso do CENTRU. Na época, o desvencilha dos processos conjuntos de luta pela de MST e CENTRU não esteve eximido de polêmicas que, com o passar dos anos, se atenuaram até se tornar inexistentes na atualidade.

O CENTRU é uma entidade de apoio à luta dos trabalhadores e ocupava-se da formação política e organização da oposição sindical. O MST não é uma organização de apoio à luta, sempre se constituiu como uma organização dos sem – terra, portanto, o Movimento é a organização que faz a luta [...]. Em 1988, o CENTRU tinha como objetivo investir primeiro nas eleições municipais e, portanto, naquele momento as ocupações não eram sua prioridade. O MST tinha como objetivo o trabalho de base na formação de grupos de famílias para a realização de ocupações. De forma que o processo eleitoral fosse discutido no desenvolvimento da organização dos trabalhadores (FERNANDES, 2000, p.122-123).

Nos primeiros anos de territorialização no Maranhão conseguimos diferenciar três momentos da ação do Movimento Sem Terra. Um primeiro, entre 1985 e 1987, em que o MST se conforma a partir das estruturas de que dispõe o CENTRU; um segundo momento, entre 1987 e 1988, em que a partir de um complexo debate interno fica evidente que para conseguir autonomia do mundo sindical e de sua pauta de reivindicações específica será necessário que MST e CENTRU trilhem por caminhos diferentes; e um terceiro momento, entre final da década de 1980 e os primeiros anos da década de 1990, em que o MST passa a se consolidar no estado mediante a criação de acampamentos em diversas regiões para além do sul do estado (MIRANDA, 2003, p.125-126).

Como apontado acima, no final da década de 1980 o MST/MA vivenciará momentos complicados quando, por vezes, será necessária a intervenção nacional mediante uma Comissão Provisória que garanta a autonomia perante o movimento sindical e o alinhamento político com as diretrizes e princípios que na esfera nacional defenda o Movimento. Este momento seminal do MST/MA contará com a contribuição e assessoria de destacados dirigentes nacionais do Movimento como Ademar Bogo ou João Pedro Stedile. Apesar da situação de certa instabilidade interna pela que transita o MST/MA entre final dos anos 80 e inícios dos 90, será em esta fase em que o Movimento conseguirá articular um número importante de ocupações e conquistar diversas desapropriações para a criação de assentamentos (MIRANDA, 2003).

Desde os primeiros anos de existência e até a atualidade o MST/MA manteve relações fluidas de intercâmbio de militantes e propostas conjuntas com o MST do Pará, vínculos especialmente sólidos com a forma de organização do MST maranhense limítrofe com Pará, a Regional Tocantina. A territorialização do MST no Maranhão se deu no sentido sul-oeste-leste em função dos apoios recebidos e das possibilidades de ocupar áreas que, posteriormente, possam ser desapropriadas. Nesse sentido foi significativa a ocupação, em 1989, da Fazenda Diamante Negro, no município de Igarapé do Meio, na Microrregião da Baixada Maranhense (TAVEIRA, 2002).

A década de 1990, tanto na esfera estadual como na federal, esteve marcada por governos neoliberais que, no que se refere a políticas agrárias, entenderam as organizações que lutavam pela aplicação da Reforma Agrária como inimigas (STEDILE&FERNANDES, 2012). Esta situação provocou inúmeros episódios de violência e repressão contra os trabalhadores rurais e as organizações que os representam⁴. Porém, mesmo que aparentemente possa parecer uma contradição, será também a década dos anos 90 quando se criaram um número maior de assentamentos, especialmente na segunda metade desse decênio (CARTER, 2008).

Será também ao longo da década de 1990 quando o MST/MA conseguirá fazer permear sua organicidade no estado, criando Núcleos de Base de dez famílias nos acampamentos e assentamentos, e fazendo comparecer no cenário estadual as esferas temáticas que articular internamente o Movimento, os Setores (Entrevista nº 31, 2017⁵).

A forma de territorialização que o MST adota no Maranhão se materializa mediante a divisão em seis regionais que contemplam todos os acampamentos e assentamentos que mantém algum tipo de ligação com este movimento social⁶.

O MST está organizado em seis regiões⁷: região tocantina (Estreito, São Pedro dos Crentes até Imperatriz); região de Açailândia (Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Santa Luzia do Paruá, Santa Luzia do Tide); Região da Baixada (Igarapé do Meio, Monção, Vitória do Mearim); Região de Alto Turi (Zé Doca, Governador Newton Bello); região de Itapecuru (Itapecuru-Mirim até o Baixo Parnaíba); e região Médio Mearim (Lagoa Grande, Lago da Pedra, Bacabal) (ARAUJO, 2013, p.131).

⁴ Que ficam registradas, desde o ano de 1985, nos anuários de conflitos do campo que realiza a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

⁵ Todas as referências de entrevistas que aparecem neste texto foram extraídas do Relatório Final do projeto de pesquisa “QUESTÃO AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Região do Vale do Itapecuru”, realizado pelo autor e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (Edital Universal FAPEMA Nº 40/2014).

⁶ Como já podemos comprovar no caso da Regional Itapecuru, estas regionais não necessariamente respondem ao critério pelos quais se estabelecem as Microrregiões. Dessa forma será comum que cada uma das Regionais contemple mais de uma Microrregião.

⁷ Chamadas de “regionais” por parte do MST, por esse motivo também nos referimos a eles com este termo.

O MST maranhense participa das estruturas orgânicas nacionais, direção e coordenação, assim como da estruturação dos diversos Setores em que se organiza estruturalmente o MST como movimento social: frente de massas; produção, cooperação e médio ambiente; educação; gênero; comunicação e cultura; formação (Entrevista nº 31, 2017).

A nível estadual, são realizados encontros da Coordenação Estadual todo ano, normalmente durante o mês de dezembro, onde se avalia a consecução e limites dos objetivos pautados no ano anterior e se definem os novos objetivos para o próximo ano. Nesses Encontros Estaduais, com a participação em média de trezentas pessoas, estão presentes representantes das seis Regionais e de boa parte dos acampamentos e assentamentos, Será entre os representantes destas das Regionais, e por tanto das famílias acampadas e assentadas, que cada dois anos será escolhida a Direção Estadual com dois representantes, um homem e uma mulher de cada Regional (Entrevista nº29, 2017). As questões burocráticas referentes a convênios, administração de cooperativas e associações vinculadas ao MST são tratadas na Secretaria Estadual (TAVEIRA, 2002), que tem sua sede em São Luís.

Em 1993, através de uma marcha de Igarapé do Meio até São Luís, onde foram recebidos pelo então governados Edson Lobão, o MST reivindicava a necessidade de aplicar a Reforma Agrária. Com a caminhada o Movimento ganhou espaço nos meios de comunicação e fortaleceu os contatos com os trabalhadores urbanos da capital, foi uma verdadeira apresentação perante a sociedade maranhense (MIRANDA, 2003, p.137). Uma das consequências mais transcendentais da marcha para a organicidade do MST/MA foi mudar a Secretaria Estadual de Imperatriz para São Luís, onde teria a possibilidade de estabelecer contatos e parcerias com os movimentos sociais e sindicatos urbanos (Entrevista nº29, 2017).

Posteriormente, no ano de 1997, o MST/MA realizaria uma segunda marcha importante, esta vez de Imperatriz a São Luís⁸. Nesse caso o objetivo da caminhada era denunciar as falsidades que a então governadora, Roseana Sarney, realizava em relação aos supostos avanços que a Reforma Agrária estava experimentando no estado (Entrevista nº35, 2017). Apesar que não foram recebidos pela governadora nem pelo superintendente do INCRA, a marcha de 1997 conseguiu fortalecer os vínculos do MST com as organizações sociais urbanas, em um momento político nacional em que o governo federal de Fernando Henrique Cardoso passou a entender o Movimento Sem Terra como seu principal inimigo (Entrevista nº 31, 2017).

⁸ Cave destacar que a distância entre as duas principais cidades do estado e de mais de 600 quilômetros.

É o movimento dos sujeitos, carregando suas experiências por diferentes lugares do território. É a busca do recomeço como novos sujeitos, o que permite um constante re-fazer-se na sua formação. É a possibilidade da recriação das dimensões do espaço social e do próprio movimento (FERNANDES, 1999, p.236).

É importante levar em consideração que nos processos de construção da Identidade Sem Terra as marchas, como expressões sociais práticas de reivindicações políticas se tornam fundamentais na hora de denunciar o modelo político e econômico que excluiu e subordinou os trabalhadores despojando-os da terra ou da possibilidade de ter acesso a ela. Dessa forma, através desta expressão de luta, assim como mediante a ocupações de terra e de prédios públicos, o Movimento fortalece e amplia sua base criando ou aumentando o nível de consciência e criticidade de seus membros, uma consciência que possibilita e legitima as ações passadas e futuras (FERNANDES, 1999, p.235).

As ações empreendidas pelos Sem Terra publicitam o sentido político de suas lutas pelo direito à vida, em que o trabalho familiar num pedaço de terra se torna um projeto para a reprodução social e econômica do campesinato. O MST mostra para os diferentes segmentos da sociedade, por meio de suas caminhadas e marchas, que símbolos como a bandeira vermelha, o boné, as músicas explicitadas pelos trabalhadores rurais compõem uma identidade de luta e resistência construída ao longo de um histórico que tem suas raízes no direito de morar e trabalhar na terra junto com a família.

O MST, ao longo de sua caminhada de mais de trinta anos, vem recriando formas de luta e incorpora novas dimensões à resistência no meio à dinâmica da vida social na sua complexidade. Os desafios são inerentes à luta permanente do MST que não cessam com a criação dos assentamentos, mas que se fortalecem continuamente no cotidiano das lutas com a conquista de novos territórios e políticas públicas que garantam melhores condições de vida às famílias camponesas.

Na atualidade, aproximadamente setenta áreas entre acampamentos e assentamentos estão vinculados, com diversos graus de intensidade, à organicidade do MST/MA, 14 deles compõem a Regional Itapecuru⁹.

⁹ Apesar que formalmente se trata de 14 áreas, entre acampamentos e assentamentos criados, alguns dos assentamentos estão formados por diversas comunidades com processos históricos diferenciados e que mereceram ao logo da pesquisa análises específicos. Dessa forma, o total de áreas/comunidades pesquisadas foi de 20.

Histórico da Regional Itapecuru

A Regional Itapecuru, a expressões orgânica que adota o MST nas Microrregiões de Chapadinha, Itapecuru Mirim e Coelho Neto. Iniciou suas ações proativas a partir da segunda metade da década de 1990, o MST já estava consolidado nas regiões do Pindaré e do Médio Mearim, com a valiosa conquista do Assentamento Diamante Negro no município de Igarapé do Meio. A partir desse momento o MST/MA entende que a região de Itapecuru seria a de maior potencial para a estratégia de expansão para outros territórios do Maranhão. Dessa, forma já desde o momento seminal da realização dos trabalhos de base para a primeira ocupação, o MST tem a clareza de estar iniciando uma nova frente maranhense de luta pela terra que receberia o nome de Regional Itapecuru (Entrevista nº03, 08/02/2016).

A Direção Estadual da época entendeu que a conhecida como região do Itapecuru era um território com grande potencial para processos de luta pela terra. Por esse motivo deliberou que militantes de outras regiões do estado se desloquem até lá para iniciar os trabalhos de base, que seriam realizados conjuntamente com setores progressistas da Igreja Católica (Comunidades Eclesiais de Base – CEB's), setores do sindicalismo rural combativo e bases articuladas no campo do Partido dos Trabalhadores – PT¹⁰.

Por volta de três meses depois de iniciados os trabalhos de base, será realizada a primeira ocupação da futura Regional (04/01/1998¹¹), no atual Assentamento Conceição Rosa¹².

Uma vez determina [Direção Estadual] que é uma região de grande potencial vai deliberar que militantes de outras região façam trabalho de base junto com a Igreja. Nessa época ainda tinha Comunidades Eclesiásticas de Base, da Igreja Católica você tinha o próprio PT [Partido dos Trabalhadores] que era muito forte, ligado as comunidades e que disputava a questão da terra que defendia a Reforma Agrária. Esse grupo do PT e da Igreja que vai articular o MST para ir para a Região de Itapecuru. Assim o MST vai para essa região, assim como para todas as outras, via essas lideranças [Igreja Católica e PT]. [...]. No período [final de 1997], você tem em São Luís o Encontro Estadual do PT e da CPT e da Caritas [Comissão Pastoral da Terra] e depois vai ter um encontro de Comunidades [Comunidades Eclesiais de Base – CEB's], né? E esse faz contato com MST que estava procurando para ser expandido. Aí em Itapecuru você vai ter um grupo vinculado ao PT e você vai ter um grupo vinculado a Igreja e aí vai fazer os contatos com as lideranças (Entrevista nº04, 08/02/2016).

¹⁰ Assim, pessoas que militavam no PT, nos municípios de Presidente Vargas e Nina Rodrigues, participaram ativamente dos trabalhos de base e inclusive das duas ocupações do futuro Assentamento Conceição Rosa.

¹¹ Que foi despejada no mesmo dia. Posteriormente, em 16/07/1998, seria ocupada definitivamente.

¹² O nome do Assentamento homenageia a vizinha da área em disputa que, após a primeira ocupação e posterior despejo, acolheu as famílias Sem Terra. Como retaliação, a idosa de 81 anos de idade, foi assassinada pelo filho do dono da fazenda no mesmo dia do despejo. Na atualidade o processo pelo crime ainda não foi julgado na sua última instância e o executor aguarda em liberdade.

A ocupação em Itapecuru Mirim tornou o MST conhecido numa região de colonização antiga, com grandes propriedades caracterizada pelo pagamento do foro que os trabalhadores rurais eram obrigados a satisfazer aos latifundiários rentistas. Para essas famílias camponesas, o MST se tornou uma ferramenta que, através da luta, poderia levá-los até “libertação” do foro (Entrevista nº15, 08/05/2016).

A próxima ocupação da Regional foi na área do atual Assentamento Padre Josimo (15/03/1999), município de Presidente Vargas. Nesse caso foram os próprios ocupantes do então Acampamento Conceição Rosa os encarregados de realizar os trabalhos de base nos bairros periféricos. Posteriormente foram marcadas diversas reuniões no salão paroquial, na sede do sindicato, no clube da cidade e até no meio da rua (“nas pontas de rua”). Apesar de se tratar de umas famílias que moravam na sede do município, quase todas elas tinham experiência em agricultura e haviam deixado o contexto rural recentemente – parte destas, inclusive, haviam trabalhado na própria fazenda que seria ocupada (Entrevista nº31, 27/02/2017¹³).

Depois da ocupação da Padre Josimo algumas comunidades dos municípios limítrofes a Presidente Vargas, que estavam em disputa aberta com o proprietário pela negativa de pagar o foro, se interessaram espelharam nessa experiência tentando, mediante processo de luta que reivindicam a aplicação da Reforma Agrária, conseguir o direito de uso da terra onde trabalhavam havia diversas gerações.

Assim, a próxima atuação do Movimento se dará no município de Nina Rodrigues, cidade caracterizada por ter a maior parte da população morando no interior e possuir um dos sindicatos de trabalhadores rurais mais combativos da região. A nova territorialização da Regional Itapecuru, o futuro Assentamento Palmares II, será realizada em um dos maiores latifúndios do município, de mais de 25.000 hectares.

Nesse caso, para a realização dos trabalhos de base, a militância do MST contou com o apoio de uma estrutura já consolidada de pessoas em que permeava, e premeia, uma triple militância de base confessional (Igreja Católica, as CEB's), político partidária (PT) e sindical (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nina Rodrigues). Era este núcleo que, bem antes da

¹³ A maior parte das famílias ocupantes eram antigos trabalhadores da fazenda que, ao longo dos anos, haviam sido expulsos ao se negar a pagar o foro. Esta ocupação contou com o apoio da Igreja Católica e do PT, o sindicato local não concordou com a ocupação (se aponta nas entrevistas que pelo fato que a proprietária da fazenda era, na época, vereadora do município).

inserção no MST¹⁴, já enfrentava abertamente o proprietário se negando a pagar o foro e a realizar a venda exclusiva de coco para ele, mas mantendo suas casas e suas roças dentro do latifúndio, mesmo sofrendo graves ameaças, duras perseguições e constantes retaliações por isso.

A sede, que era no São Domingo, tinha um comércio. Esse comércio era quem comprava toda a produção de aquela área: coco, arroz... tudo, né? Ali recebia o foro, quando tu fazia a roça era três a um, né? Na época de cada três paneiros de arroz um era pro proprietário, três paneiros de farinha um era pro proprietário e o coco [babaçu] tu quebrava mas não podia vender fora [da propriedade], tinha que vender lá [no comércio da sede da fazenda] ao preço que eles marcavam. Vender fora era considerado furto e se fossem pegos tinha suas penalidades podendo até ser expulsos (Entrevista nº28, 16/01/2017).

Este grupo, mais politizado e com grande capacidade de articulação dentro da área, depois de visitar as ocupações de Itapecuru Mirim (Conceição Rosa) e Presidente Vargas (Padre Josimo), se espelhará nessas primeiras experiências da Regional Itapecuru e procurará os militantes do MST para se inserir na sua estrutura orgânica. Como afirma uma dirigente da Regional: “eles convocaram o MST e nós vamos lá a convite dos trabalhadores daquela região [Nina Rodrigues]” (Entrevista nº28, 16/01/2017).

A atual Palmares II, por se tratar de uma área de grande extensão com famílias de posse antiga, apresentava a característica de estar dívida em sete agrovilas, destas apenas as três maiores irão aderir ao Movimento¹⁵, serão Balaiada, Palmares e São Domingo. As agrovilas que se inserem na Regional Itapecuru eram as que já apresentavam uma maior oposição ao pagamento do foro e onde a tripla articulação sindicato, Igreja Católica e PT tinha mais força.

A estratégia para tornar o velho latifúndio e suas reivindicações sindicais em uma área em disputa aberta pela propriedade, com a participação direta do MST e a exigência da criação de um projeto de Reforma Agrária, consistiu em inserir na luta pela terra de forma progressiva as três agrovilas mais estratégicas que eram também as mais politizadas para, posteriormente, tentar a adesão das outras áreas. A primeira inserção se deu na agrovila Palmares e consistiu na realização de uma mística e a colocação da bandeira do MST em um local central e visível (28/06/1999), no dia seguinte foi ocupada a agrovila Balaiada. Algumas das famílias ficaram preocupadas com as possíveis retaliações que uma ação desse tipo

¹⁴ Os primeiros casos referenciados pelos entrevistados das três vilas entrevistados datam do início da década de 1980. Nesses casos os processos de luta eram articulados via sindicato, Igreja católica ou partido político (PT).

¹⁵ Estas três agrovilas supõem 218 das 380 famílias cadastradas que irão compor o Assentamento Palmares II.

poderia causar, ou por parte da proprietária ou, sobretudo, por parte da polícia como finalmente acabou acontecendo.

O enfrentamento do Palmares [se refere ao Assentamento como um todo – Palmares II] não foi com fazendeiro, foi com poder público que botou a polícia para despejar os Sem Terra (...). A força do Estado intervindo para defender a propriedade privada para tirar os Sem Terra mas não conseguiu (Entrevista nº18, 16/01/2017).

Ao não conseguir a expulsão do Movimento Sem Terra das agrovilas que aderiram, Palmares e Balaiada¹⁶, a estratégia do poder público passou a ser evitar que as outras cinco aderissem ao MST. Com esse intuito foram divulgados boatos sobre as supostas intenções dos Sem Terra, assim como feitos diversos investimentos como a compra e distribuição de cestas básicas entre as famílias. Do lado do MST, uma vez consolidadas as vilas Palmares e Balaiada, o principal objetivo foi poder controlar a agrovila que dá acesso à pelo rio, seja através de balsa ou de canoa. A Agrovila São Domingos ainda contava com um elemento de caráter simbólico, nela estava construída a sede da antiga fazenda.

E o que que o poder público fez ali, ele foi fazer um trabalho ideológico de jogar as comunidades contra os Sem Terra [MST] criando várias especulações. Primeiro a ideia do comunismo, que os sem Terra são comunistas e comunistas comem gente [risos]. E uma segunda ideia, que a gente iria dominar o território e tirar todos eles de lá e botar só Sem Terra [membros do MST]. E por isso você tem quatro comunidades não aderiram o MST (Entrevista nº18, 16/01/2017).

Finalmente, no dia 16 de outubro de 1999, o MST ocupou fisicamente a antiga sede da fazenda na agrovila São Domingo que dessa forma se inseriu à Regional Itapecuru.

A próxima ocupação da Regional será no município de Vargem Grande, na área que passará a ser conhecida como Padre Trindade¹⁷. Um processo de ocupação com famílias que nesse momento se encontravam morando em Vargem Grande apesar que uma parte importante delas era de Nina Rodrigues ou Presidente Vargas, municípios onde já existia a ação do MST o que tornava mais fácil a realização dos trabalhos de base. Mais uma vez, nos encontraremos com uma das características da regional Itapecuru consistente em que uma parte substancial das famílias, as que orientarão na ocupação dessa fazenda¹⁸, já haviam

¹⁶ Cabe destacar a complexidade de uma ação policial destas características, onde seria necessário diferenciar entre as famílias que haviam se inserido no MST de aquelas que permaneciam apenas observando a situação de conflito.

¹⁷ Padre da Igreja Católica que na metade do século XX teve uma ação pastoral de destaque no município de Vargem Grande. Por esse motivo as famílias decidiram homenageá-lo com o nome do acampamento e, posteriormente, do assentamento.

¹⁸ Essa questão, a da escolha da área a ser ocupada, sempre é decidida pelo conjunto de famílias que realizará aquela ocupação específica. Esta prática é uma característica do MST nos diversos estados, não apenas na Regional Itapecuru ou no Maranhão: “Quem define as fazendas que vão ser ocupadas são as famílias não a gente [MST]” (Entrevista nº03, 08/02/2016).

trabalhado nesse local do que haviam sido expulsas por se negar a pagar o foro: “Aí, para essas famílias tem toda essa mística do retorno a terra” (Entrevista nº18, 16/01/2017). A dirigente Regional destaca este Assentamento como um dos mais alinhados ao MST, onde todas as decisões importantes são tomadas após consulta e conjuntamente com a direção da Regional.

Ao longo dos anos a maioria das famílias que conformam atualmente o Assentamento deliberaram a expulsão daquelas que descumpriam o regimento interno, seja por desvios financeiros ou por uso de violência (tentativa de assassinato). Isso fez que, na atualidade, das 50 famílias iniciais apenas restem a metade na área. O Assentamento, junto com a Direção Regional, decidiu deixar as casas vazias para moradia das novas famílias que seriam conformadas futuramente pelos jovens da comunidade, os conhecidos como “agregados”.

A Regional Itapecuru se fez novamente presente no município de Nina Rodrigues. A pedido de três comunidades que se encontravam em uma situação parecida a aquela enfrentada no Assentamento Palmares II, no dia 11 de novembro de 1999, as agrovilas Buriti, Nova Esperança e Bom Jesus aderiram ao MST. É preciso ressaltar que o grupo que articulava as lutas no futuro Assentamento Palmares II mantinha contatos estreitos com o círculo que realizava as mesmas reivindicações contra o pagamento do foro e pela aplicação da Reforma Agrária nas três agrovilas que conformaram o PA Mangureira: “O Mangureira surge do Palmares” (Entrevista nº31, 28/05/2017).

Para garantir a área como um todo foi ocupada a sede da antiga fazenda, na agrovila Bom Jesus, por parte das famílias das três agrovilas. A ocupação da sede se tornava estratégica pela sua centralidade e simbólica pelo que representava.

Na agrovila Vila Esperança se registrou o assassinato de uma das pessoas que morava no local. No período entre a ocupação e a criação formal do Assentamento um fazendeiro de Nina Rodrigues comprou informalmente a área que ocupa essa agrovila e iniciou uma disputa com a comunidade exigindo a retida das 35 famílias. Evaldo Nascimento Filho foi assassinado por engano em uma emboscada perpetrada de noite ao ser confundido com o pai dele, uma das lideranças da Vila Esperança¹⁹ (Entrevista nº31, 28/05/2017).

Em novembro do ano de 1999 na reunião da Coordenação da Regional Itapecuru,

¹⁹ Nenhum suspeito foi preso pelo crime.

realizada no então Acampamento Padre Josimo²⁰, se estabeleceu a estratégia de expansão da Regional para o ano seguinte. O encontro contou com presença dos dois coordenadores, um homem e uma mulher, de cada uma das áreas que no momento conformavam a Regional, sendo estes os acampamentos Padre Josimo, Conceição Rosa, Palmares, Balaiada, São Domingo e Padre Trindade.

Na reunião da Coordenação regional foi decidido que as próximas ações teriam como objetivo as fazendas Baturité e Placa. Se tratava de duas áreas onde existia conflito pela negativa das famílias na hora de pagar o foro e que eram propriedade do mesmo fazendeiro do Assentamento Palmares II. Ao contrário do que havia acontecido até esse momento, na processualidade da luta da Regional Itapecuru, em que o MST era chamado nas áreas em conflito desta vez foi a Regional quem realizou a proposta para as áreas se inserissem ao Movimento Sem Terra.

Porém, é preciso frisar que esta atuação não surgiu do acaso ou de uma atitude temerária por parte do MST. Todas as comunidades da região mantêm um forte vínculo com a Igreja Católica e participam ativamente dos encontros regionais que se realizam ao longo do ano. No contexto desses encontros em que representantes de todas as comunidades coincidiam e com a mediação e cumplicidade de padres e freiras dos setores progressistas da Igreja, membros das comunidades que haviam aderido ao MST explicavam suas experiências e a legitimidade da luta pela Reforma Agrária.

A ocupação do Baturité, que formalmente recebe o nome de Nossa Senhora Aparecida²¹, foi realizada no 10/09/2000. Se trata de uma área com uma localização privilegiada ao estar situada na beira da estrada BR-222, apenas a uns 15 quilômetros da sede da cidade de Chapadinha. Como esta área era considerada estratégica, foi ocupada antes da Placa. Na atualidade, o Baturité é considerado uma assentamento de referência na Regional Itapecuru pois é a área que conseguiu acessar um número maior de políticas públicas. Este fato se explica, principalmente, pelas boas relações que uma vez criado o assentamento vem mantendo com a prefeituras da cidade de Chapadinha²². Desta forma o Baturité possui hoje

²⁰ Reunião que aconteceu na antiga sede da fazenda, na entrada da área – a uns quatro quilômetros de onde foi montado o acampamento, para poder manter a privacidade de um encontro onde seriam decididos temas tão sensíveis como os rumos imediatos do MST na região (Entrevista nº18, 16/01/2017).

²¹ É preciso levar em consideração que o Baturité, desde antes da sua inserção na Regional Itapecuru vivenciava a ação permanente por parte de diversas pastorais da Igreja Católica o que explica o nome com que a comunidade decidiu registrar a área, Assentamento Nossa Senhora Aparecida.

²² Foi o primeiro assentamento da Regional Itapecuru em ter telefone fixo (orelhão), em momentos em que a tecnologia de celular ainda não era acessível como aconteceu nos últimos anos.

posto de saúde com médico 24 horas, energia elétrica, torre de sinal de celular, escola (que atua como escola-polo das comunidades do interior da cidade de Chapadinha) e dois poços artesanais e (Entrevista nº04, 18/04/2016).

Poucas semana depois (14/11/2000), foi materializada a inserção da área conhecida popularmente como Placa²³. Esta ação aconteceu com a participação direta das famílias do Baturité. Esta área teve a particularidade que, mesmo se tratando de uma unidade, estava registrada no cartório com duas matrículas fundiárias diferentes, o que provocou a criação no INCRA de dois processos jurídicos diferentes para a desapropriação e motivou a criação de dois assentamentos formalmente distintos, Olga Benário e São Francisco, apesar que não existe nenhum tipo de separação entre ambos²⁴. Cabe destacar que, caso os funcionários da Autarquia Federal tivessem notado esta situação os processos poderiam ter gerado apenas um único assentamento e teria acelerado o processo de criação do segundo assentamento, o São Francisco, que foi instituído em 2013 e não em 2005 como o Olga Benário.

Uma das áreas com maior grau de inserção na Regional Itapecuru do MST é o Assentamento Cristina Alves, no município de Itapecuru Mirim. Se trata de um árduo processo de luta pela terra onde coincidem dois processos de luta diferentes, a das atuais Vila Cabanagem²⁵ e Vila 17 de Abril²⁶. Um destes processos inicia em 2001 enquanto o outro começa no ano de 2005 e os dois convergem, no ano de 2007, na conformação do Assentamento Cristina Alves. Este Assentamento apresenta uma particularidade em relação ao resto de áreas que conformam a Regional, é a única em que as famílias não tinham relação anterior com a fazenda antes do processo de ocupação.

As famílias que moram na Vila Cabanagem provem de uma sequência de ocupações de terra frustradas nos municípios de Mirando do Norte e Matões do Norte²⁷, a primeira destas ocupações foi realizada na fazenda Tiracanga, em Miranda do Norte, no primeiro de maio de 2001²⁸. Depois de tentar repetidamente entrar e permanecer em acampamentos nas

²³ A área da Placa (Assentamentos Olga Benário e São Francisco) está localizada no entroncamento da BR-222 com a MA-224, e recebe seu nome por possuir um enorme outdoor visível a longa distância.

²⁵ O nome “Cabanagem” é uma homenagem à revolta social acontecida na primeira metade do século XIX na região amazônica conhecida na época como Grão Pará. Esta abarcou um amplo território, de Belém até as proximidades do Brasil central e o litoral nordeste.

²⁶ Data em que se homenageia o conhecido como Massacre do Eldorado dos Carajás-PA, onde 21 Sem Terras foram assassinados pela polícia estadual paraense. Desde o ano 2005 a Via Campesina Internacional comemora nessa data o dia internacional da luta camponesa.

²⁷ Uma dessas áreas, a Cantanhede, vivenciou quatro ocupações e despejos em menos de três anos.

²⁸ Este grupo de famílias ainda vivenciaria outras quatro ocupações e despejos e a criação de dois acampamentos na beira da BR-135, na entrada do município de Miranda do Norte.

áreas ocupadas, com o enorme desgaste que isso provoca para as famílias e o próprio MST, a Regional Itapecuru ponderou o fato que concomitantemente estavam sendo realizados três laudos de produtividade por parte do INCRA em fazendas da região. Desta forma se entendeu que a melhor opção seria criar um acampamento em uma área que não estivesse em disputa e esperar as resoluções do INCRA, esse acampamento provisório foi instalado numa área cedida em volta de uma ermitã propriedade da Paroquia de Miranda do Norte.

O outro grupo de famílias, que hoje conforma a Vila 17 de Abril, é majoritariamente oriunda do próprio município de Itapecuru Mirim e realizou duas ocupações frustradas no atual Assentamento Cristina Alves na metade de década dos anos 2000 antes de ser assentadas (Entrevista nº144, 04/06/2016). No mês de abril do ano 2005 foi feita uma grande jornada regional de luta pela terra, com trabalhos de base em diversos municípios que vigoraram na formação de um grupo importante em Itapecuru Mirim. Este grupo tentou ocupar a atual Cristina Alves, para tentar acelerar o processo de vistoria que estava sendo realizado do INCRA porém, a pressão exercida pelo proprietário e seus pistoleiros inviabilizou a ocupação e criou um clima de grande tensão no município.

Mesmo sabendo que não tinha nenhuma possibilidade de vigorar, essas famílias oriundas dos trabalhos de base de Itapecuru Mirim ocuparam no dia 17 de abril de 2005 a fazenda que o então deputado federal Remi Abreu Trinta possuía no município, para assim pressionar para a emissão do decreto de desapropriação da área do atual Assentamento Cristina Alves, processo que estavam correndo INCRA desde o ano de 2002. Pouco mais de seis meses depois as famílias foram despejadas e criaram um acampamento provisório na beira da BR-222, a pouco quilômetros da fazenda que estava sendo cobiçada pelos Sem Terras. Até que, em 07/03/2007, foi emitido o decreto de desapropriação e a emissão da posse (a área se transformou em assentamento de Reforma Agrária).

No ano de 2007, num cenário marcado pela expansão da soja e do eucaliptos no leste maranhense, as lideranças do Assentamento Baturité de Chapadinha entenderão que se tornava necessário realizar uma ocupação numa área conhecido como Pequizeiro, a qual aderiu ao MST em 22/04/2007. Se tratava de uma fazenda próxima ao Baturité, que se encontrava em conflito desde fazia alguns anos pela recusa das famílias camponesas ao pagamento do foro. Está propriedade havia sido vendida em 2005 a um sojicultor de Balsas que contratou pistoleiros para amedrontar e forçar a expulsão das famílias que moravam no local havia diversas gerações.

Dentro da área tem outras comunidades com as que o Movimento Sem Terra não tem trabalhos de caráter político, a pesar que existe uma relação de respeito entre MST, o Pequizeiro e as outras quatro vilas que contém o latifúndio.

O proprietário tentou diversos mecanismos de cooptação para tentar fragilizar o grau de inserção do MST na área e assim poder acabar com os processos de luta²⁹. Em primeiro lugar, ofereceu o valor de R\$1.000,00 por família que abandonasse a área (como se fosse uma espécie de indenização³⁰). Mais tarde tentou uma outra estratégia consistente em “dar” 10 hectares para cada uma das 50 famílias que residiam no Pequizeiro³¹. No ano de 2014, no meio do processo convulso em que o fazendeiro tentava cooptar as famílias vinculadas ao Movimento Sem Terra o fazendeiro adoeceu gravemente. A partir desse momento, pela própria situação pessoal, o proprietário passou a aceitar a desapropriação. Assim, foram realizadas diversas reuniões com esse objetivo entre proprietário, trabalhadores do Pequizeiro, MST e INCRA, na sede da autarquia federal em São Luís.

Apesar de ter acordado os termos, o processo precisou enfrentar a demorada burocracia dos processos de desapropriação para a implementação da política pública desconcentracionalista da propriedade rural. Esta tramitação coincidiu no tempo com o final abrupto do segundo governo da presidenta Dilma, 31/08/2016, e com o início do governo Temer. O governo atual do pemedebista tem se caracterizado, no que se refere a questão fundiária, por revogar todos os processos de desapropriação em andamento no país, também o do Pequizeiro³². Desta forma, mesmo que na atualidade não existe conflito entre famílias e proprietário, e há acordo para que o INCRA desapropriar a área, o Pequizeiro continua em fase de acampamento³³ (Entrevista nº20, 20/04/2016).

A última área que se inseriu a Regional Itapecuru do MST foi a ocupação realizada no município de Duque Bacelar, em 05/09/2009. Se trata do Acampamento Maria Aragão, uma estrutura orgânica sumamente frágil onde o Movimento Sem Terra enfrenta enormes dificuldades para previver em um meio hostil.

²⁹ Resulta importante destacar que esta proposta foi realizada apenas para as famílias do Pequizeiro e não para as das outras comunidades que se encontram na área e que não haviam se inserido ao MST.

³⁰ Poucas pessoas aceitaram a proposta, a maioria jovens que mesmo saindo em um primeiro momento retornaram meses depois a área onde moravam com os pais (Entrevista nº34, 10/05/2017).

³¹ Dessa forma com 500 das mais de 3.000 hectares da fazenda “resolveria” o conflito, sem levar em consideração as outras comunidades que moram na área. Porém, poucas pessoas aceitaram e a proposta acabou não se concretizando.

³² Segundo informações facilitadas verbalmente por funcionários do INCRA, apenas no estado do Maranhão seriam mais de trinta áreas nesta mesma situação.

³³ O que lhe impossibilita ter acesso às linhas de investimento e crédito da Reforma Agrária.

Distante em mais de cento cinquenta quilômetros do núcleo duro da Regional, conformado pelos municípios de Itapecuru Mirim, Nina Rodrigues e Vargem Grande, apenas conta com o apoio de um assentamento próximo, o Vila de Fátima. De fato, foi este assentamento quem articulou a Regional Itapecuru para iniciar os trabalhos de base no município de Duque Bacelar

O Acampamento, depois de oito anos de luta e resistência, não conseguiu juntar um número importante de famílias, sendo apenas 25 as que atualmente moram na área em disputa, todas elas oriundas do próprio município. Assim mesmo, essas famílias Sem Terra não conseguiram criar uma escola, que garanta a educação na própria área, nem fundar uma associação que consiga fortalecer os vínculos políticos com a Regional Itapecuru³⁴.

Ao mesmo tempo, as famílias acampadas sofreram constantes perseguições do proprietário da fazenda que ameaçou em diversas oportunidades com despejar a área de forma violenta. Assim mesmo, foi relatado pelas famílias o grande preconceito que vivenciam no município de Duque Bacelar, de onde são a única ocupação do MST, onde há lojas que os boicotam ao se recusar a vende-lhes mercadoria.

Em um cenário marcado pela falta de recursos para aplicação da Reforma Agrária e por um número pequeno de famílias que resistem, a sérias dúvidas da previdência do Acampamento Maria Aragão (Entrevista nº 21, 25-04-2016).

O caso do Assentamento Vila de Fátima, localizado no município de Coelho Neto, tal vez seja o que apresenta um maior diferencial de todos aqueles que conformam a Regional Itapecuru.

Se trata de uma área ocupada no anos de 1996 (09/09/1996) no bojo de processos de luta do MST/MA em que tentava se expandir para regiões para além das regiões de Pindaré e Tocantina, onde o MST/MA tinha suas principais bases. Nesse processo, como vimos no texto, o principal trunfo do MST/MA foi o processo de luta realizado no Assentamento Diamante Negro, no município de Igarapé do Meio.

Inicialmente, o intuito dessa ocupação era criar uma Regional na Microrregião de Baixo Parnaíba, que abrisse uma nova frente de luta pela terra. Essa possibilidade não prosperou e apenas conseguiu juntar forças com uma outra área, no município de Buriti de Inácia Vaz, onde famílias posseiras conseguiram resistir a diversos intentos de despejo e

³⁴ Esta é a única área vinculada a Regional Itapecuru que não tem escola nem associação.

criaram o Assentamento Belém. Posteriormente, no ano de 2005, este assentamento deixou de fazer parte orgânica do MST/MA, apesar que dois dos seus dirigentes com atuação no estado são nascidos nessa área. Assim, com a saída do Assentamento Belém da estrutura do MST a Vila de Fátima passou a se inserir na Regional Itapecuru.

Depois da ocupação as famílias sofreram ameaças de despejo constantes, que não se materializaram até a criação formal do Assentamento, no ano de 2008. É preciso destacar que o Assentamento Vila de Fátima guarda um importante grau de organicidade junto ao MST, tanto sua escola como a associação são bons exemplos e referências disso para a Regional (Entrevista nº 41, 14-08-2016).

área	município	inclusão no MST	forma de inclusão	obtenção	núm. famílias
PA Vila de Fátima	Coelho Neto	09/09/1996	ocupação	desapropriação	55
PA Conceição Rosa	Itapecuru Mirim	16/07/1998	ocupação	desapropriação	99
PA Padre Josimo	Pres. Vargas	15/03/1999	ocupação	desapropriação	85
PA Palmares II	Vila Palmares	28/06/1999	inserção	desapropriação	91
	Vila Balaiada	29/06/1999			65
	Vila São Domingo	16/10/1999			62
PA PadreTrinidade	Vargem Grande	16/06/1999	ocupação	desapropriação	50
PA Mangueira	Vila Buriti	11/11/1999	inserção	desapropriação	74
	Vila Esperença				35
	Vila Bom Jesus				70
PA N. Sra. Aparecida (Baturité)	Chapadinha	10/09/2000	inserção	desapropriação	45
Vila Placa	PA Olga Benário	Vargem Grande	14/11/2000	inserção	desapropriação
	PA São Francisco				
PA Primeiros Campos	Pres. Vargas	23/04/2005	inserção	desapropriação	52
PA Cristina Alves	Vila Cabanagem	Itapecuru Mirim	07/03/2007	ocupação	desapropriação
	Vila 17 de Abril				
Acamp. Piquizeiro	Chapadinha	22/04/2007	inserção	área em litígio	50
Acamp. Maria Aragão	Duque Bacelar	21/04/2007	ocupação	área em litígio	25

Tabela 01. Áreas que conformam a Regional Itapecuru do MST

Fonte: trabalhos de campo Projeto Universal FAPEMA – 00704/15 e INCRA.

Elaboração: autor, 2017.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Helciane de Fátima Abreu. **Estado/Movimentos Sociais no campo: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão**. Manaus: UEA Edições, 2013.

BERNAT, Isaac Giribet. **QUESTÃO AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Região do Vale do Itapecuru**. Relatório final. São Luís, 2017.

CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Ministério do Desenvolvimento Agrário & Editora UNESP, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. **O processo de luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no estado do Maranhão: o caso do MST**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP – UFMA. São Luis. 2003.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

TAVEIRA, Florizângela. **A terra se converte em causa: construção e consolidação do MST no Maranhão (1886-2002)**. Monografia. Curso de Licenciatura em História na Universidade Federal do Maranhão – UFMA. São Luís, 2002.